



Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA
Conselho Universitário
Secretaria dos Conselhos Superiores

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA		Nº	08/2019/CONSUN	
Fonte Normativa	Data	Sala	H. Início	H. Término
Reg. Interno do CONSUN de 05/03/2009 (Arts. 8º e 16)	05/09/2019	501	14:00	17:00
Ordem do Dia	De acordo com a carta convocatória de 03/09/2019.			
identificação de presenças/exposição dos temas de pauta/ deliberações				

1 Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, na Sala dos
2 Conselhos Superiores, 5º andar do prédio nº 1 da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto
3 Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário, com
4 a presença da Reitora, Lucia Campos Pellanda, presidindo esta sessão; da Vice-Reitora, Jenifer Saffi,
5 e da Secretária dos Conselhos Superiores, Miriam Bortolaci, compondo a mesa; dos senhores
6 conselheiros docentes, técnico-administrativos e discentes titulares ou suplentes: Márcia Rosa da
7 Costa, Débora Fernandes Coelho, Leandro Mateus Silva de Souza, Alessandra Dahmer, Fernando
8 Ricardo Gavron, Juliana Trevisan da Rocha, Cabral Pavei, João Vinícius Batista Valença, Adriana
9 Maisonnave Raffone, Fabiana de Oliveira, Luana Duarte Teles, Raphael Maciel da Silva Caballero,
10 Adriana Seixas, Margaret Weibenbach Gerbase, Daniela Cardoso Tietzmann, Luciana Suarez
11 Grzybowski, Marla Nasciso Godoi Biajoli, Cheila Minéia Daniel de Paula, Sheila Bünecker Lecke,
12 Elizandra Braganhol, Aline de Souza Pagnussat, Pedro Roosevelt Torres Romão, Graciele Fernanda da
13 Costa Linch, Silvio César Cazella, Cristiane Valle Tovo, Catarina Bertaso Andreatta Gottschall, Marilda
14 da Cruz Fernandes, Daniela Centenaro Levandowsky, Alberto Antônio Rasia Filho, Luciano Costa
15 Blomberg, Paulo Ricardo Gazzola Zen, Ana Boff de Godoy, Ana Paula Scheffer Schell da Silva, Eliane
16 Dallegrove, Caren Luciane Bernardi, Letícia Pacheco Ribas, Liliane Diefenthaeler Herter, Liane Nanci
17 Rotta, Thaís Rodrigues Moreira, Josenel Maria Barcelos Marçal, Francisco Scornavacca, Clarissa de
18 Antoni, Maria Cláudia S. Cota de Souza, Andreia Carolina Duarte Duprat, Magno Carvalho de Oliveira,
19 Lucimara Silva Rocha, Priscila de Souza Nogueira, Vinicius Lunkes Cezar, Michel Pereira de Oliveira,
20 Evandro de Assunção dos Santos, Michele Silveira da Silva, Ana Maris Carlesso, Luís Felipe dos Santos
21 de Castro, Patrick Marcondes Leão de Souza, Zilena Casale Tomazeli, Vitoria de Oliveira Ximendes,
22 Marina Camassola Vacchi e Eduardo José Centeno de Castro. Ausências justificadas de membros
23 titulares ou suplentes: Márcia Giovenardi, Ana Cláudia Souza Vazquez, Marcelo Menna Barreto
24 Schwancke e Bárbara Cristina de Azevedo Lima. Ausência comunicada: Helena Schirmer. Não
25 compareceram os seguintes membros titulares ou seus respectivos suplentes: Ana Amélia Antunes
26 Lima, Simone Travi Canabarro, Sérgio Luís Amantéa, Ricardo Mörschbacher, Letícia Birk e Marcelo
27 Garrido dos Santos. Convidados com direito a voz, sem direito a voto: Cristiane Bolina da Cunha
28 (Engenharia), Karen Minato Eifler (Progesp) e Cláudio Moacir Marques Corrêa (Auditor-chefe).
29 Ordem do dia: **1. Aprovação da ata da sessão ordinária de 08/08/2019 e das atas das sessões**
30 **extraordinárias de 05/08/2019 e 15/08/2019.** Em relação à ata da sessão ordinária de 08/08/2019,
31 a Profa. Alísia Pelegrini justificou sua falta; a técnica Charise Mesquita solicitou correção na grafia do
32 seu nome; o Prof. Alberto Rasia Filho solicitou complemento de sua fala entre as linhas 109 e 110,
33 cuja redação passou a constar como "(...) que é um projeto difícil de ser aceito como está, pois as
34 declarações de várias universidades e institutos federais já divulgadas na mídia têm sido unânimes
35 ao avaliar que muitos pontos precisam ser esclarecidos (...)"; a Profa. Liane Herter informou que a

36 fala citada na linha 140 foi da Profa. Liana Fernandez; a Profa. Liane Rotta informou que estava em
37 licença adotante; e a Profa. Ana de Godoy apontou a necessidade de correção da data na introdução
38 (linha nº 1). Em relação a ata da sessão extraordinária de 05/08/2019, as Profas. Thatiane Alva e
39 Catarina Gottschall informaram que estiveram presentes à sessão, mas não assinaram o livro; o Prof.
40 Alcyr Oliveira Jr. justificou sua falta; a técnica Charise Mesquita solicitou correção na grafia do seu
41 nome; a Profa. Liane Rotta informou que estava em licença adotante; e o técnico Vinicius Cezar
42 justificou sua falta. Em relação à ata da sessão extraordinária de 15/08/2019, os discentes Zilena
43 Casale Tomazeli e Marcelo Garrido dos Santos informaram que estiveram presentes à sessão,
44 mas não assinaram o livro; e o técnico Vinicius Cezar informou que esteve presente à sessão e
45 que foi uma dentre as seis abstenções de voto (não assinou o livro). Conforme registros, também
46 estiveram presentes, mas não assinaram o livro, os conselheiros Márcia Rosa da Costa, Luciano
47 Costa Blomberg, Ricardo Mörschbacher e Paulo Ricardo Gazzola Zen. Sem outras manifestações
48 prévias ou expressas nesta sessão, as atas das sessões ordinária (08/08/2019) e extraordinárias (05 e
49 15/08/2019) foram aprovadas. **2. Nota de auditoria nº 01/2019.** A senhora Presidente passou a
50 palavra ao Auditor-Chefe, Cláudio Corrêa, o qual informou que a razão para a expedição da nota de
51 auditoria decorreu de demandas recebidas pelo setor, por intermédio da Ouvidoria, sobre
52 reclamações de alunos que não tiveram suas notas ou presenças lançadas em tempo hábil, e,
53 inclusive, em alguns casos os alunos não conseguiram efetuar suas matrículas em função dessas
54 pendências. A nota foi emitida de forma genérica para que todos os docentes cumpram os prazos
55 que são estabelecidos, pois existe uma norma interna estabelecendo o prazo de lançamento de
56 presenças e notas que precisa ser respeitado, porque pode ensejar a responsabilização dos docentes
57 em caso de demanda de algum aluno prejudicado. A nota teve caráter preventivo para que os
58 docentes evitem esforços no cumprimento dos prazos. O Prof. Francisco Scornavacca se manifestou
59 sobre o lançamento de presenças, dizendo que tem grupos em duas disciplinas que ministra no Curso
60 de Medicina e que o sistema não aceita pequenos grupos; o lançamento da presença precisa ser feito
61 de forma imediata, pois os campos não podem ficar em aberto; o que acaba atrapalhando a demanda
62 de presenças. Solicitou, se possível, melhoria das questões técnicas do sistema de lançamentos. A
63 Profa. Alessandra Dahmer informou que o sistema não aceita pequenos grupos, mas o que tem sido
64 feito é o lançamento de faltas para os que ainda não tiveram aulas e cômputo de presenças quando
65 tiverem. Informou, ainda, que não seria possível modificar o sistema existente para a divisão em
66 grupos nesse momento porque, em parceria com a Unipampa, está sendo trabalhada uma
67 atualização do sistema acadêmico, com melhorias, e que pretendem efetuar a alteração após essa
68 atualização. Em continuidade, Cláudio Corrêa informou que a nota também tem a finalidade de coibir
69 exageros, tais como presenças do mês de março ainda sem lançamento ou alunos que tentaram fazer
70 matrícula em março e os lançamentos de dezembro ainda não tinham sido efetuados. Em caso de
71 dúvidas, o NTI deverá ser consultado. Profa. Ana Schell informou que a Enfermagem também
72 trabalha com pequenos grupos e o sistema impede que seja feito lançamento de frequência para um
73 número menor do que o total de alunos listados na turma. Em disciplinas divididas por diferentes
74 professores, o docente responsável por um grupo não consegue lançar os dados dos seus alunos. Se
75 organizam para que o professor regente faça o lançamento das presenças em determinados
76 momentos da disciplina. Por isso, o prazo de 72 horas é insuficiente. Embora concordando com o
77 Auditor sobre a necessidade de correção dos exageros, o prazo é insuficiente para suprir as limitações
78 do sistema. O Prof. Francisco Scornavacca complementou dizendo que não se posicionou contrário à
79 normativa; que o sistema de dar falta ou presença para a totalidade de alunos também causa
80 problemas; que um ponto crucial é de o sistema não permitir o salvamento parcial dos dados; mas
81 que, quando o novo sistema for pensado, esses pontos deverão ser considerados pelos responsáveis
82 como possibilidades de melhoria. O Prof. Luciano Blomberg destacou outra questão importante, com
83 respeito ao processo e orientada à legalidade. Trata-se de uma situação que ocorre na 20ª semana:
84 das disciplinas que contam para as vinte semanas, existe um exame. Ao chegar na 20ª semana, os
85 alunos que não pegaram exame também estão ganhando frequência, e dar essa frequência é errado.

86 Esclareceu que os alunos chegam na décima-nona semana no limite das faltas, e se não pegassem
87 exame e não comparecessem na vigésima semana, estariam sendo reprovados por faltas. Então, a
88 questão seria em relação à legalidade e talvez a Universidade devesse pensar em uma forma de tratar
89 o problema. A senhora Presidente comentou que o calendário da UFCSPA é um pouco diferente em
90 relação às demais universidades; que é um problema antigo e que a alteração seria muito complicada
91 em relação à questão das vinte semanas. Que o cálculo foi feito várias vezes, mas com a carga horária
92 atual não haveria possibilidade, a não ser que se comesse mais cedo. Que se trata de uma decisão
93 que precisa ser pensada em outro momento. **3. Aprovação de regulamento para o pagamento de**
94 **gratificação por encargo de curso ou concurso.** Processo nº 23103.004530/2018-10, com parecer
95 favorável da Câmara de Legislação e Normas (CLN). A Profa. Clarissa de Antoni questionou, caso a
96 instituição não tenha condições de gratificar o encargo, se o professor teria que compensar as horas,
97 pois seriam horas de trabalho. O técnico Fernando Gavron, representando a PROGESP, informou que
98 algumas questões da normativa serão regulamentadas mediante Ordem de Serviço. Salientou que as
99 questões orçamentárias dependem de análise do cenário, mas que não seria necessário compensar
100 as horas em caso de ausência de remuneração. A questão será definida quando for concluído o
101 estudo em andamento para a expedição da Ordem de Serviço. Destacou que, quanto à legalidade, o
102 processo passou por análise da CLN e da Procuradoria Federal. A técnica Andréia Duprat destacou os
103 seguintes pontos: a escolha da comissão administrativa de concurso; o inciso III do art. 1º, em relação
104 à gratificação de concursos para técnicos-administrativos, pois não seriam conduzidos por comissões
105 internas; necessidade de esclarecimento sobre as instrutórias; alterar “comissão organizadora” no
106 inciso I do art. 4º, pois essa comissão não existe, as funções são da comissão administrativa; o
107 parágrafo 1º do art. 5º, que estabelece critério mínimo obrigatório para a homologação de inscrição
108 do servidor a sua participação em comissões não remuneradas, pois em sua opinião é um ponto
109 crucial estabelecer que o servidor técnico que não participar de outras comissões não poderá se
110 inscrever para atuar em comissão remunerada; e o parágrafo 3º do art. 5º, que estabelece que os
111 critérios para a escolha dos servidores serão especificados em Ordem de Serviço da PROGESP.
112 Considera que esses critérios deveriam ser postos à discussão e aprovação e não especificados em
113 Ordem de Serviço. Outra questão apontada foi que, conforme o parágrafo 1º do art. 6º, o servidor se
114 inscreverá para o processo seletivo mas terá que passar por liberação da chefia imediata. Preocupa-
115 se que essa poderá impedir sua participação. Questionou, finalmente, o impedimento da participação
116 do servidor na comissão quando houver impedimentos éticos ou conflitos de interesse em relação à
117 comissão examinadora ou a qualquer candidato do concurso público e do processo seletivo
118 simplificado, conforme consta no art. 7º. Perguntou o que seria impedimento ético ou conflito de
119 interesses para um membro da comissão administrativa em relação ao membro da comissão
120 examinadora. Em relação ao Anexo I, apontou que o pagamento da comissão examinadora considera
121 horas por candidato e para a comissão administrativa apenas um teto, sem considerar o número de
122 candidatos do concurso. O técnico Fernando Gavron informou que a técnica Karen Minatto foi
123 convidada para essa sessão, como Coordenadora de Concursos, a qual atuou na redação e nos
124 estudos técnicos pertinentes à proposta. Na sequência, esclareceu em relação ao art. 7º que a
125 proposta é de justamente evitar que existam impedimentos ou conflitos de técnicos atuarem nas
126 comissões em virtude de parentesco ou outras questões prejudiciais. Como uma autodeclaração de
127 suspeição para evitar esse tipo de conflito. Destacou que a Universidade tem um TAC firmado no qual
128 essa é uma das definições. Andréia Duprat manifestou que o conflito se refere à comissão
129 examinadora. Fernando Gavron esclareceu que a redação poderia ser melhorada, em sendo o caso.
130 Em relação ao art. 5º, parágrafo 3º, sugeriu a alteração do termo “escolha” por “seleção”, pois a
131 definição final dos técnicos inscritos será feita por sorteio. Informou que a Comissão de Concursos
132 ainda está em atividade e é coordenada pela técnica Karen Minatto. Em relação aos tópicos
133 constantes do art. 1º, objetos de gratificação, informou que foram citados todos aqueles para os
134 quais existem previsão legal de pagamento; que algumas situações não são normatizadas
135 internamente, sendo a instrutoria uma dessas; que a PROGESP está estudando um edital de
136 chamamento público para instrutoria interna, o qual está em elaboração, e que consta na proposta

137 para que no futuro, quando a atividade já estiver regulada internamente, já exista a previsão de
138 gratificação. A senhora Presidente complementou informando que o servidor poderá prestar
139 instrutoria em área diferente da qual exerce seu trabalho. Fernando Gavron destacou que o cenário
140 está cada vez mais difícil, em especial na questão orçamentária, e uma das iniciativas de capacitação
141 da PROGESP é em relação ao investimento em capacitação interna, ou instrutoria, pois a verba de
142 capacitação externa tem diminuído anualmente, e essa é uma alternativa para incentivo à
143 participação e à capacitação dos servidores. Andréia Duprat questionou em relação ao critério
144 mínimo exigido dos servidores em atuar nas comissões não remuneradas. A senhora Presidente
145 informou que muitos servidores alegam que não podem participar de comissões diversas, quando a
146 Universidade precisa dessa participação, porque não podem se afastar do seu trabalho, ou estão sem
147 disponibilidade de tempo. Entretanto, quando se trata de uma comissão gratificada no mesmo
148 período, tais servidores se oferecem. Nesse caso, a recusa de atuação impedirá também a
149 participação em comissões gratificadas. A técnica Andreia Duprat opinou que isso seria um tipo de
150 sanção ao servidor que não quer participar de outras comissões; que no caso da comissão
151 administrativa as horas serão posteriormente compensadas. Questionou como são formadas as
152 comissões internas na Instituição, pois o técnico precisa saber se está alinhado ou se tem simpatia
153 com os gestores para ser chamado para essas comissões. A senhora Presidente informou que, nesse
154 caso, a pessoa é chamada e recusa sua participação. Com a palavra, Karen Minatto destacou que se
155 trata de um critério mínimo; que não será o único critério a ser adotado; que todos os critérios de
156 seleção e sorteio serão estabelecidos em edital; que a lista de inscritos passará por sorteio público; e
157 que a prioridade será dada aqueles que têm disposição em participar das atividades institucionais
158 como um todo. Andréa Duprat reiterou sua opinião de que se trata de tema problemático. Citou
159 como exemplo que saiu de uma comissão administrativa pelas razões que expôs no CONSUN; que
160 não está atuando em nenhuma comissão; e, por exemplo, não poderia participar de uma comissão
161 administrativa de concurso, se esse é o critério mínimo. E que, também, houve comissões do CONSUN
162 em que as pessoas se recusaram a participar em função da demanda de trabalho. A Profa. Alessandra
163 Dahmer exemplificou várias outras comissões nas quais a servidora poderia atuar, as quais foram
164 abertas publicamente à participação de quaisquer técnicos de laboratório. Destacou que, nesse
165 sentido, existe uma série de comissões com dificuldade de seguimento porque ninguém se habilita a
166 participar; e que muitas não conseguem desenvolver seus trabalhos pela falta de participantes.
167 Andreia Duprat questionou se esse critério também seria aplicável às bancas examinadoras. A
168 senhora Presidente esclareceu que, para os docentes, em alguns casos existe área específica, e, no
169 caso das comissões administrativas, todos os técnico-administrativos podem participar. Em relação
170 à chefia imediata, Fernando Gavron esclareceu que se trata de um planejamento com a chefia
171 imediata, não de autorização. A senhora Presidente complementou que a chefia imediata precisa
172 saber que o servidor se ausentará de suas atividades para atender um concurso. Fernando Gavron
173 informou que atualmente esse planejamento existe, porque existe um termo de compromisso de
174 compensação de horas que também é assinado pela chefia. Andreia Duprat reiterou que o texto fala
175 de disponibilidade, e que existem relações ruins com chefias, as quais, mesmo que o técnico possa
176 atuar, dirão que não está disponível. Karen Minatto esclareceu que essa disposição foi inserida como
177 um respaldo administrativo, porque ocorreram problemas pontuais sobre técnico que aceitou
178 participar em comissão de concurso, a chefia imediata concordou, e, na véspera das provas, a chefia
179 não deixou que o técnico comparecesse em função de reunião agendada. Nos casos, a PROGESP teve
180 grande dificuldade de encontrar pessoas para suprirem as faltas em véspera de prova, porque
181 ninguém queria pegar um processo em andamento. A ideia é de que exista consenso e
182 comprometimento entre servidor e chefia, pois na data agendada para a prova a chefia não contará
183 com o servidor em serviço. O técnico Michel de Oliveira, como membro da Comissão de Concursos
184 coordenada pela PROGESP, solicitou que a redação do artigo fique clara no sentido de constar que,
185 uma vez que a chefia concorde com a participação do servidor, se responsabilize por manter a
186 disponibilidade do servidor, exceto em casos de justificativa de força maior, que não seja, por
187 exemplo, reunião. Além disso, não ficou claro no texto que a PROGESP deva ser informada com

188 antecedência. Sugeriu que fosse retirado o critério estabelecido no parágrafo 1º do art. 5º para
189 constar junto com os demais que foram listados na Ordem de Serviço da PROGESP. A senhora
190 Presidente fez um resumo das alterações sugeridas. A Profa. Ana de Godoy questionou se quando se
191 fala em servidores se refere somente aos técnicos ou a todos, porque os docentes também são
192 servidores. Fernando Gavron esclareceu que servidores são os técnicos-administrativos e os
193 docentes. A senhora Presidente esclareceu que estão separados em comissão administrativa e
194 comissão examinadora. Ana de Godoy afirmou que o tema anterior não é diferente para os docentes,
195 pois os professores que não participam de outras comissões não deveriam participar de bancas
196 examinadoras, pois muitos não se disponibilizam para comissões não remuneradas e se especializam
197 em participar de bancas de concursos pelos quais são gratificados. Solicitou a revisão da redação do
198 texto para incluir os docentes. Ressaltou que os professores precisam participar de outras comissões
199 além dos concursos. A senhora Presidente salientou que embora existe especificidade de área,
200 poderia ser dada preferência ao docente que participe de outras comissões. Fernando Gavron
201 esclareceu que no TAC antes citado existe menção às restrições de áreas; que os concursos estão
202 cada vez mais concorridos, com maior número de candidatos, e que os termos do compromisso
203 devem ser obedecidos. A senhora Presidente sugeriu que talvez a CPPD possa valorizar melhor a
204 participação dos docentes em outras comissões. Fernando Gavron destacou que foi feito um grande
205 esforço para que se continue o pagamento de gratificações por concursos, pois muitas universidades
206 já não conseguem mais efetuar essa modalidade de pagamento; que embora se possa aperfeiçoar o
207 texto da norma, seria importante a sua regulamentação para a manutenção das gratificações por
208 esses encargos. A senhora Presidente informou que muitas universidades não pagam a ninguém,
209 outras somente aos membros externos; que embora a gratificação esteja condicionada ao
210 orçamento, a questão tem sido priorizada. Em relação a disponibilização do servidor junto à chefia,
211 a Profa. Alessandra Dahmer destacou que o contrário também precisa ser avaliado, pois tiveram
212 casos em que, em um mesmo setor, três servidores atenderam concursos concomitantemente. Como
213 não havia prazo de antecedência para a confirmação, os servidores informaram suas chefias sobre a
214 impossibilidade de permanência no setor, em função dos concursos, na véspera da ocorrência. A
215 chefia só necessitava assinar o termo de compensação de horas após a realização do concurso.
216 Opinou que a redação precisa deixar claro que o compromisso é de ambas as partes, pois existem
217 setores que não podem parar porque todos os servidores estão atendendo um concurso. Karen
218 Minatto informou que, atualmente, quando um servidor se inscreve para uma comissão de concurso,
219 sua aceitação está condicionada à confirmação por e-mail de que houve tratativa com a chefia
220 respectiva. As mensagens ficam registradas. Em relação ao anexo da proposta, Andreia Duprat
221 retomou o item por ela anteriormente comentado, sobre o estabelecimento de um teto para os
222 membros da comissão administrativa, enquanto para os docentes seria horas por candidato.
223 Destacou que existem concursos com até quarenta candidatos e que o trabalho da comissão
224 administrativa demanda tempo. A senhora Presidente informou que a gratificação pela execução é
225 de oito horas por concurso, somando-se 1,5 hora por candidato presente sem prova prática e 1,5
226 hora por candidato presente com prova prática, e, ainda, 30 minutos para elaboração de planilha e 1
227 hora para organização de dados. Andreia Duprat sugeriu que sejam informadas quais são as
228 atividades que compõem coordenação, supervisão e execução. Fernando Gavron disse que será
229 discriminado na Ordem de Serviço e que poderia também estar contido na norma. Em relação a
230 questão de gratificação de horas por candidato aos membros da comissão administrativa,
231 corresponde à Resolução nº 01/2014 que está sendo revogada pela proposta apresentada. Se
232 aprovada, esse critério não mais existirá. Karen Minatto esclareceu que o art. 4º engloba de forma
233 genérica o que engloba planejamento, supervisão, execução, fiscalização, com atividades delineadas
234 e, que poderão ser ampliadas na Ordem de Serviço. Michel de Oliveira, retomou o parágrafo 4º do
235 art. 5º, em relação à capacitação dos servidores inscritos pela PROGESP, sugeriu que conste desde
236 que seja autorizado pela chefia imediata, pois a chefia poderá não autorizar a data. Sugeriu, ainda,
237 que o art. 6º seja remanejado para a seção relativa à compensação de horas. Andreia Duprat opinou
238 que a não concordância da chefia imediata para que o servidor participe da comissão de concurso ou

239 da capacitação precisa ser bem justificada. Encerrado o debate, a senhora Presidente sugeriu o
240 encaminhamento para votação. Por questão de ordem, Andreia Duprat opinou que como foram
241 várias intervenções, o texto deveria ser reapresentado de forma corrigida em outra sessão. Fernando
242 Gavron ressaltou que o processo está em tramitação desde 2018, passou por avaliação da Câmara de
243 Legislação e Normas, da Procuradoria Federal, da Reitoria e das Pró-Reitorias. A senhora Presidente
244 destacou que as alterações propostas não têm complexidade. A seguir, por questão de ordem,
245 solicitou a manifestação dos conselheiros sobre estarem aptos a votar a matéria. A maioria se
246 manifestou que sim. Fernando Gavron complementou o tema informando que estão recebendo
247 Decretos semanais sobre gestão de pessoas cada vez mais restritivos, e que se houver uma normativa
248 interna que os oriente como pagar e a possibilidade de pagamento, será possível fazê-lo. De outra
249 forma, possivelmente não poderão fazer pagamentos se a normativa não estiver alinhada. Informou
250 que na próxima sessão do CONSUN será feita uma apresentação de toda a atualização em relação à
251 gestão de pessoas, pagamentos, carreira, gratificações, que tem sido alterada semanalmente com
252 Decretos mais restritivos. O técnico Vinicius Cezar, considerando esse cenário, questionou se haveria
253 possibilidade de o regulamento ser votado e posteriormente alterado, se necessário. Como o tema
254 já havia sido aprovado para votação, retirou o questionamento. Michel Oliveira destacou que as
255 alterações, basicamente, se referem aos critérios que serão avaliados pela PROGESP com auxílio de
256 outros servidores. Sugeriu que os conselheiros presentes que não se sentirem confortáveis para votar
257 anatem seus pontos e se coloquem à disposição da PROGESP para discussão dos critérios ou outros
258 pontos de adequação. Fernando Gavron informou que os critérios que serão formados não têm
259 implicação com norma, forma ou legalidade, pois a proposta já tramitou nas instâncias competentes.
260 As contribuições serão bem-vindas e será feita uma chamada pública para a construção da Ordem de
261 Serviço. A senhora Presidente considerou que a principal alteração proposta estaria relacionada à
262 exclusão do art. 5º para definição posterior. A Profa. Ana de Godoy destacou que existem várias
263 questões de redação que são importantes para a significação. Sugeriu que fossem feitas as
264 adequações e se marcasse uma sessão na próxima semana para o tema. A senhora Presidente
265 destacou que os pontos de redação já estariam adequados, que o sentido não será alterado, mas,
266 sim, melhor especificado pela Ordem de Serviço. Salientou que a votação foi aprovada e que será de
267 livre manifestação para aqueles que estiverem contrários. O técnico Magno Oliveira se manifestou
268 dizendo que gostaria que o texto fosse votado com a inclusão do art. 5º na forma proposta. A senhora
269 Presidente solicitou aos conselheiros que sempre leiam as propostas com antecedência à sessão para
270 que o trabalho seja otimizado, pois discussões sobre redação demandam muito tempo. A seguir,
271 colocou o primeiro ponto de votação: sobre a aprovação da proposta de regulamentação, 42
272 (quarenta e dois) conselheiros se manifestaram favoráveis, 08 (oito) contrários e 08 (oito)
273 abstenções. Na sequência, efetuou a leitura do parágrafo 1º do art. 5º da proposta de
274 regulamentação e abriu a votação pela manutenção do texto deste parágrafo: 35 (trinta e cinco)
275 conselheiros se manifestaram favoráveis, 12 (doze) contrários e 10 (dez) abstenções. A proposta foi
276 aprovada com a manutenção do texto do parágrafo 1º do art. 5º e adequações de redação. **Resolução**
277 **nº 22/2019/CONSUN. 4. Terrenos da UFCSPA para futuros campi: relato da situação atual e**
278 **deliberação sobre destinação.** Inicialmente, a senhora Presidente lembrou aos presentes que a
279 sessão do CONSUN é gravada e, conseqüentemente, os participantes da reunião autorizam a
280 gravação, e quem desejar fazer outra gravação necessitará a respectiva autorização de todos os
281 conselheiros. A seguir, informou que este item de pauta seria muito importante para fins de
282 deliberação, já foi comentado em sessões anteriores, e requisitou a atenção de todos. Salientou que
283 o tema foi discutido com o CONSUN em 2017, quando a gestão completou cem dias, em 2018 e em
284 2019. Aos cem dias foram comentados os problemas na estrutura física, a falta de áreas de
285 convivência, a ocupação desbalanceada, a inexistência de locais para armazenamento de materiais e
286 insumos e prédios sem aprovação de PPCI. Foi criada a Comissão de Espaço Físico, foi feita uma
287 adequação de emergência nas condições de segurança dos laboratórios, foi iniciado o projeto para
288 implantação do almoxarifado de produtos químicos, cuja obra está em andamento, e a avaliação dos
289 processos de PPCI e alvarás. Em 2 de agosto de 2018, o tema espaço físico foi amplamente discutido,

290 incluindo uma série de relatos da Engenharia, quando foram apresentados os terrenos e os projetos
291 para cada terreno, e, na época, houve um indicativo de destinação para os imóveis. Houve também
292 um “diálogos” sobre espaço físico. Em 2019 foi apresentado um relatório de auditoria da CGU,
293 realizada em 2018 sobre o exercício de 2017, e também foi feito um “Saiba Mais” sobre o assunto.
294 Em várias ocasiões foram discutidos pontos menores acerca do espaço físico, mas a questão dos
295 terrenos foi abordada em três ocasiões. Na sequência, informou que seriam três itens principais a
296 discutir com respeito aos *campi* da UFCSPA: campus do bairro Teresópolis, Santa Tereza, campus de
297 Canoas, e o campus central). Sobre o campus de Santa Tereza, apresentou o projeto e informou que
298 foi efetuada visita ao imóvel. Demonstrando a planta da área, indicou o terreno recebido em doação,
299 a qual foi condicionada ao cumprimento de requisitos: obra destinada à educação, construção de
300 uma piscina para fisioterapia, atendimento à comunidade. Posteriormente, a instituição adquiriu
301 dois terrenos lindeiros, sendo que uma parte da área possui mata nativa e está impossibilitada de
302 aproveitamento. Demonstrou como seria feita a ocupação do espaço e o relevo do terreno, com
303 acentuado, que encareceria a construção e impossibilitaria comunicação entre os prédios. A
304 localização do imóvel é próxima ao posto de atendimento da Vila Cruzeiro do Sul, na Av. Correia Lima.
305 O projeto tem previsão de instalação da Reitoria, oito Coordenações de cursos, Procuradoria, Pró-
306 Reitorias, dez salas de aulas, sete Laboratórios de informática e cinco Laboratórios multiusuários. A
307 seguir, apresentou a tabela de custos dos imóveis, quadro extraído do relatório de auditoria da CGU,
308 discriminando os tópicos e apontando o impacto financeiro estimado da subutilização dos terrenos
309 na ordem de R\$ 4.641.268,75. Informou que, atualmente, os custos de manutenção dos imóveis são
310 de segurança (R\$ 19.000,00/mês), água e luz (R\$ 1.200,00/mês), IPTU e taxa de lixo (R\$
311 47.500,00/ano); que está sendo tratado com a Prefeitura o pedido de isenção de taxa de lixo por
312 tratar-se de imóvel da União. Entretanto, a Prefeitura alega que, como o imóvel está sem destinação,
313 o pagamento é devido. Informou que não existe projeto executivo para se ter uma estimativa do
314 custo de execução da obra e que o projeto inicial não contempla as condições determinadas na
315 doação. Na sequência, apresentou os dados sobre o campus de Canoas: o projeto em perspectiva,
316 com um campo de futebol suspenso; a indicação da Universidade junto ao MEC de implantação dos
317 cursos de Educação Física, Medicina, Terapia Ocupacional, Gestão Ambiental e Química Medicinal.
318 Informou que o projeto está em desconformidade com a legislação municipal, sendo a principal
319 discussão a destinação de vagas de estacionamento. O projeto inicial continha previsão de sete vagas
320 e o município mais requeria 675. Não foi realizado o estudo de impacto de vizinhança, exigido pelo
321 município; e a empresa que realizou o projeto, a qual foi premiada em concurso, está processando a
322 UFCSPA por alteração de metragem. Além disso, durante a implantação houve interdição do muro
323 pela Guarda Municipal, que questionou a possibilidade de construção naquele imóvel, ocasionando
324 o perdimento das licenças anteriormente recebidas. O terreno foi doado pela Prefeitura de Canoas
325 com a condição de construção do campus em cinco anos. Embora já tenha decorrido, a Prefeitura
326 considerou que o muro serve como início de obra e intenção de construção do campus. A seguir,
327 apresentou a tabela de custos dos imóveis, quadro extraído do relatório de auditoria da CGU,
328 discriminando os tópicos e apontando o impacto financeiro estimado da subutilização do terreno na
329 ordem de R\$ 3.572.020,16. Os custos de manutenção com segurança, água e luz são os mesmos
330 relatados para o campus Santa Tereza e não há despesas de IPTU. Com relação aos custos de
331 execução do projeto, em 2013 estavam orçados em R\$ 230 milhões, os quais, atualizados pelo CUB
332 para 2019, correspondem a R\$ 320 milhões. Para a implantação da primeira fase foram estimados R\$
333 80 milhões, atualmente equivalentes a R\$ 111,5 milhões. Informou que o imóvel se localiza defronte
334 à área do IFRS, em área plana, distante da BR 116 e do acesso ao trem metropolitano. Lembrou que
335 foi discutido no CONSUN, em 2018, o potencial do terreno, o projeto, que embora tenha previsto a
336 instalação de cinco cursos não tem previsão de Restaurante Universitário (RU); que, com relação aos
337 cursos, foi discutida qual seria a real possibilidade de implantação; e que houve um indicativo de nova
338 apreciação do assunto. Em relação ao campus central, relatou os pontos críticos, relacionados ao
339 espaço físico e à segurança. O espaço físico está restrito, pois houve expansão de cursos sem o
340 crescimento proporcional da infraestrutura, e existem adequações legais relativas à segurança que

341 precisam ser feitas. Relatou as obras finalizadas: salão nobre, três salas de aulas no terceiro andar,
342 espaço para bombeiros, ampliação da sala de biofreezers, instalação de bebedouros no prédio 2,
343 salas escuras no prédio 3 e copa no prédio 1 para os servidores; as obras iniciadas em 2019/1:
344 almoxarifado de químicos, espaços de convivência e salas previstas para o prédio 2, obras diversas
345 no prédio 1, para liberar espaço para o RU; obras em licitação para o prédio 3: laboratórios
346 multiusuários, salas de reunião/estudo; obras do RU em execução de projeto; e obra Clínica da
347 Família aguardando licitação por medida de segurança em relação ao orçamento de 2020, para que
348 não seja feito gasto sem certeza da realização da execução. Na área de segurança, relatou a
349 necessidade de adequação do PPCI, cujos problemas com a empresa vencedora da licitação já foram
350 relatados ao CONSUN; necessidade de colocação de escadas externas no prédio 1; efetuar alterações
351 recomendadas pelo Corpo de Bombeiros; e compra de EPIs já realizada. Relatou, ainda, os problemas
352 construtivos de obras realizadas: queda de parte do acabamento da fachada do prédio 3, necessidade
353 de reparos nas esquadrias dos prédios 1 e 2, alterações nos ramais de água, ausência de elementos
354 de escoamento que ocasionaram infiltração no teatro do prédio 2, o qual foi interditado para uso.
355 Em face da presença de novos conselheiros, efetuou um resumo de pontos críticos apontados no
356 Relatório de auditoria da CGU nº 201702643: *“(...) inexistência de estudos de demanda
357 previamente a construção, reforma, aquisição e localização de imóveis. Identificou-se que a
358 UFCSPA não realizou estudos de demanda que justificassem o investimento ou a locação de
359 imóveis, analisando se neles havia, por exemplo, a previsão de demanda, fluxo orçamentário e
360 financeiro, aprovação superior do estudo, justificativa da não utilização imóveis próprios ociosos.
361 A insuficiência de ações de planejamento da expansão da estrutura física, resultou na necessidade
362 de realização de adaptações em imóveis recentemente construídos, a locação de um imóvel para
363 abrigar o arquivo, a mudança de destinação do imóvel adquirido, bem como levou à indefinição
364 acerca da viabilidade de implantação de novos campi.”* Destacou que a causa foi a falta de
365 estudos de demanda. *“(...) constatação: manutenção de terrenos adquiridos ou recebidos em
366 doação com impacto financeiro. (...) recomendações: implantar mecanismos administrativos que
367 assegurem a elaboração prévia de estudos de demanda, incluindo previsão de demanda, fluxo
368 orçamentário e financeiro, aprovação superior (Reitor, Conselho Superior ou autoridade) e
369 justificativa do não aproveitamento de imóveis existentes.”* Em relação à Santa Tereza e Igara a
370 recomendação explícita da auditoria foi: *“(...) implementar medidas com o objetivo de definir a
371 destinação dos terrenos obtidos, decidindo pela sua utilização, devolução ou alienação ou outra
372 opção economicamente viável. Regularização do prédio 2 e 3 do Campus central. Nenhuma
373 ocupação poderá ser efetuada sem que seja procedida a vistoria pela Prefeitura e expedida a
374 respectiva carta de habitação ou habite-se, no entanto, as duas edificações (prédios 2 e 3) estão
375 sendo ocupadas para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas”,* sem essa
376 regularização, disse a senhora Presidente. *“(...) a decisão da Reitoria pela execução de obra sem
377 a expedição prévia de alvará junto aos poderes constituídos vem ocasionando atraso de obtenção
378 da certidão de habite-se e também do PPCI do Corpo de Bombeiros, com agravante de que esses
379 prédios vêm sendo ocupados pela comunidade acadêmica sem as licenças de liberação das
380 edificações. (...) recomendações: adotar as medidas administrativas cabíveis e os laudos de
381 engenharia obrigatórios, com vistas a garantir a segurança da comunidade universitária. A
382 senhora Presidente resumiu da conclusão: *“verificou-se que a gestão do patrimônio imobiliário
383 da Universidade apresenta aspectos que necessitam ser revistos (...) para corrigir essas
384 deficiências (...) dentre as principais a inexistência de estudos da demanda e a questão dos alvarás
385 (...). Como aspectos positivos “destaca-se que no ano de 2017 a UFCSPA instituiu uma Comissão
386 de Espaço Físico, formada por docentes, técnicos e discentes, com o objetivo de identificar, propor
387 e analisar demandas da comunidade acadêmica (...). Relativamente aos processos de outorga
388 (...) considera-se que o controle dos três contratos estão gerenciados de forma adequada (...)
389 (referentes aos aluguéis) (...) Destaca-se ainda, como boa prática administrativa, a existência de**

390 *comissões de acompanhamento dos contratos (...). Recomendações: implementar os mecanismos*
391 *administrativos que assegurem esses estudos de demanda.”* Em prosseguimento, a senhora
392 Presidente citou o orçamento como outro item importante para a decisão do colegiado.
393 Informou que, por enquanto, o bloqueio orçamentário está mantido sobre o orçamento de 2019;
394 que foi recebida uma liberação do limite de empenho na última semana de mais 7%; que, para
395 2020, o projeto de lei está configurado de forma diferente da edição anterior. Foi dividido em
396 capital (1,499 milhões), custeio (R\$ 20,498 milhões), custeio extra (R\$ 8,767 milhões), PNAES (R\$
397 1,075 milhões) e PNAES extra (R\$ 741 mil). Os itens do PLOA extra dependem de aprovação do
398 Congresso para liberação da regra de ouro do limite dos gastos. O orçamento estabelecido,
399 desconsiderada a liberação posterior do financeiro, estaria 30% abaixo do valor do orçamento
400 anterior. Considerando o exposto, a senhora Presidente salientou que o Conselho precisaria
401 discutir quais são as possibilidades de implantação de novos *campi* em médio e longo prazos,
402 quando comparadas as despesas em curto prazo e o orçamento atual. Que seria preciso pensar
403 na destinação dos terrenos, com atenção ao apontamento da auditoria de que quando se tem
404 um terreno sem destinação, pode ser apontado como improbidade administrativa em função dos
405 gastos de dinheiro público em um imóvel que não se pretende usar tão cedo; que embora se
406 tenha ideia de uso, não basta somente a ideia, mas sim os meios concretos. Em relação aos
407 terrenos de Santa Tereza, o primeiro terreno foi doado em 2009 com cláusula de tempo para
408 construção, cujo prazo venceu em 2015 e não foi solicitada a renovação pela Universidade.
409 Informou que o terreno já foi perdido, a devolução foi solicitada pela SPU e não há o que deliberar
410 a respeito, pois a devolução precisa ser feita. Contudo, existem dois outros terrenos que foram
411 adquiridos, sobre os quais seria preciso deliberar. Se a Universidade resolver ficar os terrenos,
412 será preciso construir um muro, com custo aproximado de R\$ 100 mil, e fazer um novo projeto,
413 manter as despesas de segurança e outras. O Departamento de Polícia Federal (DPF) manifestou
414 interesse nesses terrenos, porque ficará com o terreno que será devolvido à SPU, e para eles
415 seria interessante construir um centro de capacitação. O DPF se comprometeu em auxiliar nas
416 demandas da Universidade em relação a obtenção do prédio da Rua 7 de setembro, embora não
417 se possa fazer uma permuta porque o valor é diferente. De qualquer forma, os terrenos poderiam
418 ser doados para a Polícia Federal, pois é órgão da União. O patrimônio seria destinado para a
419 DPF, que tem bastante interesse, contudo, tal interesse seria sensível ao tempo, demandando
420 uma rápida decisão da Universidade. Em relação ao terreno do Igara, não haveria urgência na
421 decisão, entretanto, se o terreno for mantido será preciso terminar o muro, adequar o projeto,
422 o qual, mesmo adequado, terá um custo de construção que, neste momento, parece impossível
423 para a Instituição, bem como a possibilidade de ter número suficiente de servidores para a
424 implantação de quatro novos cursos (dos cinco cursos previstos, um já foi implementado no
425 campus central). Por outro lado, o terreno tem um grande potencial para o futuro, pois está
426 localizado em um local interessante, defronte ao IFRS, e os custos de manutenção são um pouco
427 menores porque não há pagamento de IPTU. Em resumo, a senhora Presidente informou que os
428 dois terrenos de Santa Tereza são próprios, e mais um que será devolvido, e o terreno do Igara
429 foi recebido em doação e pode ser objeto de devolução. Se o Colegiado concluir que não será
430 feito um novo campus tão cedo, é preciso ser honesto com a Prefeitura de Canoas. A senhora
431 Presidente considera elevados os custos de manutenção dos terrenos de Santa Tereza e de
432 médios a elevados, dependendo do orçamento, os custos de manutenção do terreno Igara. Com
433 relação aos custos de execução, não estimativa para o campus Santa Tereza e é muito elevado
434 para o campus Igara, além disso, haveria falta de servidores. Com relação às etapas, o campus
435 Santa Tereza está em fase de pré-projeto e em relação ao Igara o projeto não foi aprovado (não
436 está conforme). Com relação às etapas a realizar, o campus Santa Tereza precisa de um muro de
437 separação e um novo projeto; o Igara, a conclusão do muro em andamento e a adequação do

438 projeto existente ou um projeto novo. Encerrada a apresentação, o tema foi aberto à discussão.
439 A Profa. Clarissa de Antoni ressaltou que esse tema vem sendo discutido há muito tempo no
440 Consun; que, embora os conselheiros novos desconheçam ou possam desconhecer a questão,
441 ficou bastante preocupada porque acredita que a decisão estaria madura para ser tomada ou
442 seguir adiante. Manifestou que se fossem pensar por mais tempo o ano terá terminado com os
443 problemas persistindo. Solicitou atualização sobre o andamento do recebimento da cessão de
444 uso do prédio da Rua 7 de setembro, porque na última sessão em que o tema foi comentado já
445 estaria tudo praticamente acertado, e novamente se retorna para a questão de não se ter certeza
446 sobre o prédio, bem como sobre o prédio em área defronte à Instituição. Manifestou ser
447 importante a perspectiva em relação aos prédios já construídos e próximos à Universidade como
448 de maior eficácia e importância, do que terrenos distantes e com elevado custo. A senhora
449 Presidente destacou que parte da demora para a tomada desta decisão foi por causa desses
450 outros prédios, pois se estava com tudo certo, foi recebida a guarda provisória, e na virada do
451 ano foi alterada a Superintendência da SPU, com a mudança de Governo, e o processo foi
452 reiniciado. Agora, o processo chegou em Brasília, e é nesse ponto que a DPF está auxiliando. Na
453 próxima semana a Profa. Alessandra Dahmer irá a Brasília e terá atualização. Entretanto, não há
454 garantia sobre o prédio. Existe a guarda provisória, mas nada foi feito porque sem o recebimento
455 definitivo nada pode ser licitado para reforma. Salientou que o prédio está em muito boas
456 condições e a Instituição continua investindo esforços nessa possibilidade, embora tenha havido
457 um recuo em relação ao que já se tinha conseguido. O mesmo ocorre em relação ao prédio da
458 SMIC: a Instituição já havia recebido do Prefeito o termo de cessão por 60 anos para assinatura,
459 contudo o Procurador apontou que alguns termos não estavam favoráveis, foi retornado e está
460 em negociação. O projeto novo já foi apresentado para o Prefeito. Existe grande chance, mas foi
461 diminuído o ritmo dessa negociação em função da questão do Future-se e do bloqueio de verbas,
462 porque a Gestão ficou preocupada em receber o prédio e não ter recursos, podendo incorrer em
463 improbidade administrativa. Por isso o processo foi desacelerado. Entretanto, chegou-se em um
464 momento em que a decisão precisa ser tomada sem esperar por esses prédios em perspectiva.
465 Em termos de orçamento, em relação ao que irá ocorrer no próximo ano, até em relação a essa
466 destinação, pois é preciso tomar uma atitude, em função disso o assunto foi trazido ao Conselho
467 pela terceira vez, agora de forma mais definitiva. O Prof. Alberto Rasia Filho fez um relato
468 histórico como quem esteve na época da Congregação da FFFMPA e do período de transição para
469 UFCSPA e a criação da UFCSPA, como membro do Conselho Universitário nesse período. Lembrou
470 que teve uma discussão do que acontecia no Conselho Universitário, que seria uma das suas falas
471 e por isso utiliza como testemunho, de que, por exemplo, sobre o prédio de Canoas o Conselho
472 soube da existência pelo jornal, apareceu no Correio do Povo, esse tipo de informação, e a
473 pergunta foi o que nós, como conselheiros, e com o papel do Conselho Universitário, sabíamos
474 dessa informação e não uma discussão dentro do Conselho. Da mesma forma foi feito um pedido
475 no Portal da Transparência quando foi instituído, quando souberam dos termos do contrato para
476 aquele terreno em Santa Tereza, onde existia exatamente isso, o compromisso assumido pela
477 pessoa que estava dirigindo a Universidade, da construção de uma piscina, quando logo em
478 seguida veio um laudo para demonstrar que tinham árvores exatamente assim, com mata nativa
479 e assim por diante, o que obrigava a reestruturar todos esses pensamentos. Entendeu que esse
480 foi o primeiro ponto que trouxe essa circunstância. O segundo ponto foi sempre uma discussão
481 sobre aonde queríamos chegar como Universidade, quantos cursos mais nós gostaríamos de ter,
482 quais cursos, e qual era a questão toda de infraestrutura para isso, e que envolvia tudo, a
483 quantidade de pessoas para isso, como se haveria de deslocar toda uma questão administrativa
484 para um outro município, como haveríamos de ter tudo isso integrado. A grande pergunta era se
485 não conseguimos dar conta deste aqui, faltando professores para cursos que já estavam em

486 andamento, aqui. E as discussões eram enquanto o andar da carroça for assim, as abóboras se
487 ajeitam. Disse que nunca concordou com isso e acha que isso também é parte integrante do por
488 quê chegou até esse ponto. Mas há algo que crê ser o que foi mencionado agora, muito grave,
489 que é improbidade administrativa; que é a questão que é preciso tomar uma decisão por pior
490 que seja, do ponto de vista do que se gostaria em termos de manutenção e expansão, mas o
491 outro lado pode ser muito pior. Esse de improbidade administrativa de algo que está herdado
492 com uma série de equívocos, e que imagina mais ainda como uma questão de preservação da
493 Instituição, porque se a improbidade administrativa for assim percebida, nós também no
494 Conselho Universitário somos corresponsáveis. Então, entende do que se deve serenamente
495 pensar, não mais em termos possessivos, mas em termos do que seria, por um lado legal, um já
496 foi requisitado e o outro para que não se corra esse risco. Essa foi a interpretação de quis
497 compartilhar. A senhora Presidente manifestou ser uma coisa bastante dolorosa porque se
498 estava em um processo de expansão, e mesmo que internamente existindo críticas à expansão,
499 da forma como também acreditam que é necessária a expansão do ensino superior, gostariam
500 que tivesse sido feita com planejamento. Destacou ser doloroso breçar um processo de expansão
501 e voltar atrás. Mas nesse momento não vê muitas opções, pois se teria uma perspectiva de alguns
502 anos mantendo esses terrenos com despesas sem poder dar-lhes destinação. Salientou que
503 fizeram várias tentativas: colocar o arquivo em containers nos terrenos, e não foi possível porque
504 a Prefeitura faz as mesmas exigências para um container e uma construção; para que pelo menos
505 se desse uma destinação. Foram feitas todas as possibilidades em imaginar como poderiam
506 manter os terrenos por um tempo, mas, especificamente no caso de Santa Tereza, não vê
507 perspectiva. Até por que o projeto como está prevê Reitoria, Pró-Reitorias, Coordenações de
508 Cursos, que ficariam isoladas dos alunos aqui, o que seria complicado inclusive do ponto de vista
509 de logística, como transporte. Sobre Santa Tereza não haveria tantos problemas de expansão
510 porque não existe nenhum curso previsto para o local. Salas de aula e laboratórios, mas nenhum
511 curso específico. Já em Canoas, sim, seria uma questão de expansão, em ter-se cursos novos.
512 Perguntou, porque procurou nas atas do Consun e procurou nos documentos, e não encontrou
513 nenhuma aprovação do Consun para esses cursos, somente para o curso de Educação Física.
514 Perguntou se alguém se lembrava. O Prof. Alberto Rasia Filho manifestou que não, que alguns
515 eram sugeridos nas reuniões. Existia algum grupo que havia sido convidado a fazer uma
516 elaboração e apresentar para julgamento naquele momento. Se recorda de curso, certa vez,
517 quando não existia nem nome definido. E tudo que aconteceu naquele período deve ter estado
518 em ata. Ou seja, as atas são fidedignas das discussões. A senhora Presidente disse que não
519 encontrou. Que a principal surpresa que tiveram foi o curso de Medicina, pois é um curso
520 bastante complexo de ser implementado em outro campus. O Prof. Francisco Scornavacca disse
521 que já tinha tomado ciência da situação dos prédios, como conselheiro. Que o campus Santa
522 Tereza tem pouca área a ser construída, tem um gasto absurdo, “benéfico” como Canoas tem,
523 por exemplo. Para ele, de forma indiscutível, esse terreno não seria uma boa (opção) para a
524 Universidade. Sobre o campus de Canoas, tem dúvidas em relação as perspectivas de futuro.
525 Que, a parte da Auditoria, seria uma questão técnica. Questionou em relação a quando foi
526 pensado o curso em Canoas, qual seria o hospital de referência, ou se nem isso foi pensado. A
527 senhora Presidente informou que não tem documentação a respeito. O Prof. Francisco
528 Scornavacca complementou dizendo que criar um curso de Medicina sem um hospital
529 universitário seria complicado; que isso foi feito em várias universidades, ou com algum convênio
530 firmado. Disse que na época não estava na Universidade, mas no seu ponto de vista era uma
531 questão para ser discutida. A senhora Presidente disse que como professora do curso não
532 conhecia. O Auditor-Chefe, Cláudio Corrêa, deu seu depoimento. Informou que já estava na
533 Universidade quando a auditoria da CGU foi realizada, que os apontamentos são bem claros, com

534 a recomendação de que a Universidade decida o que fazer com os imóveis. Sabe que é uma
535 situação chata, por que conheceu e fez auditorias no passado quando a instituição tinha quatro
536 cursos, e hoje vê o quanto cresceu e rendeu frutos belíssimos com novos cursos que estão em
537 funcionamento. Mas, foi um outro momento, outra perspectiva que se tinha no país. Vê com
538 muita preocupação a questão de manutenção do *status* que se tem, porque a crise fiscal é muito
539 séria, muito grande, a economia está com dificuldades de recuperação, de reengrenar suas
540 ferramentas e melhorar os níveis de crescimento. Não vê perspectivas nem em médio, nem em
541 longo prazos de realização de novas obras. Citou exemplo de obra da Receita Federal em
542 construção há dez anos. Utilizando-se da prerrogativa que a atividade de auditoria lhe confere,
543 de consultor, de aconselhamento, principalmente para o Conselho Universitário, que é o órgão
544 ao qual a Auditoria está vinculada, recomenda que seja adotada uma decisão o quanto antes
545 para que se possa providenciar todos os trâmites, que não são poucos, e dependem de muitos
546 outros órgãos, para que não se incorra no risco de ter uma ação de improbidade como lembrado
547 pelo professor. O Prof. Raphael Caballero concordou com o Prof. Francisco de que se pode ter
548 senso de pesar sobre se abrir mão de algum espaço, mas lembrou que a Universidade ainda está
549 em expansão porque vários cursos nunca chegaram a capacidade plena de utilização. Existem
550 cursos com modificação de matriz curricular, talvez transitando para mais anos, e aí aumenta o
551 número de alunos. Então, só para dizer que nesse campus ainda se está expandindo. Em sua
552 leitura, existe um certo risco de não se dar conta desse campus atual se chegar à capacidade
553 plena, agora neste ano, o Curso de Gestão em Saúde, onde atingiram toda a capacidade máxima,
554 já foi difícil de vivenciar e já estão antecipando que o final, quando chegar aos estágios, já
555 visualizaram isso. Mesmo sabendo que existe uma questão, e entende que a expansão do
556 campus Santa Tereza não tem sentido, em sua leitura nem se trata de viabilidade; e a de Canoas
557 não parece adequada, pois não sabe se foi um desejo da Universidade como comunidade, e se
558 pergunta, se há perspectiva de expansão, que talvez seja dentro da perspectiva do que já se está
559 avaliando, que são próximas, que têm uma relação de custo menor, e que eventualmente
560 tenham uma perspectiva. Daí, então, a Clínica da Família se justifica mais, porque tem um
561 direcionamento para os cursos atuais. Se pensar em expansão efetiva, se teria que discutir
562 expansão de outras ordens, como, por exemplo, ingresso de estudantes e políticas adequadas de
563 acolhimento. Ou seja, uma série de outras questões que são mais urgentes. Assim, mesmo com
564 pesar, teria mais pesar em tentar manter mais ou menos esse campus ou mais ou menos expandir
565 adequadamente. Sendo protecionista, resguardar o campus dos ventos atuais, tendo excelência
566 nesse espaço. Entende que não seria prudente, mesmo com o compartilhamento de opiniões,
567 acredita que se pode votar, sem dúvidas sobre isso. A senhora Presidente concordou, manifestou
568 que existem ciclos, e que se está em um ciclo no qual não se pode pensar em expansão. Destacou
569 que em 2017 já existia uma sinalização de redução do orçamento, agora mais grave, e que já
570 conversaram sobre ter muitas coisas para qualificar, para arrumar, para crescer em termos de
571 qualidade. Que se pode investir em pós-graduação, pois existe muito espaço de crescimento em
572 termos de qualidade. Pode-se buscar recursos mais próximos, como está sendo feito, e também
573 em relação à questão social, pois se os terrenos forem doados para a Polícia Federal estarão
574 cumprindo uma função, como local de capacitação. Uma coisa que pode ser importante para
575 aquela região e que, neste momento, não é algo que a Universidade possa oferecer para a região.
576 O local é bastante complicado, inclusive para a manutenção da segurança. Concorda que, apesar
577 de ser doloroso reverter um projeto, por outro lado pode ser feito um novo projeto e qualificar
578 o que já existe; usando os poucos recursos, ao invés de pagar segurança para algo que não vai
579 existir, direcionar para bolsas, ou para permanência. O discente Luís de Castro, concordando com
580 o Prof. Raphael Caballero, manifestou que seria muito mais viável expandir para locais próximos;
581 que ficou espantado com o quanto de gastos que se tem; e que não há, por exemplo, uma casa

582 de estudantes; que o que se gasta com esses terrenos, bem distantes para construção na situação
583 atual do país, se tenha uma casa de estudantes e uma situação melhor para a permanência dos
584 estudantes aqui; o se considera principal para que depois se expanda de uma forma melhor, e,
585 como citado pelo Prof. Rasia, de uma forma com critérios que passem por todos nós, e que de
586 fato irão ajudar todos os estudantes, e não ficar só expandindo para levar o nome para outros
587 lugares; que haja essa consciência, de que a permanência estudantil e a qualidade do ensino têm
588 que estar em primeiro lugar. A Profa. Liliane Herter perguntou se, em relação aos três terrenos,
589 as ações precisariam ser em bloco. Se a Polícia Federal poderia receber o terreno que foi doado
590 e os outros dois fossem vendidos ou alugados, com os valores revertidos para a Universidade,
591 para melhorias aqui ou para, eventualmente, algum projeto em Canoas, pois talvez fosse
592 interessante ter um braço naquela cidade. Acredita que nenhum professor de Porto Alegre
593 queira dar aulas ali sem nenhuma estrutura de fato. A senhora Presidente informou que se
594 poderia separar o bloco. O terreno que foi doado precisa ser devolvido; com relação aos outros
595 dois, a possibilidade de construção é muito pequena (mostrou a faixa aproveitável). A Profa.
596 Liliane Herter estranhou o tamanho do terreno que foi comprado em relação à área aproveitável
597 em função da mata nativa; e que esse bloco perfaz em seus cálculos quase 20mil metros
598 quadrados com uma faixa de aproveitamento pequena, o que facilitaria a tomada de decisão. A
599 senhora Presidente informou que a venda poderia ser feita, contudo, como órgão federal, seria
600 um processo difícil e com muitos gastos: contratar avaliação, contratar empresa para vender,
601 todas essas etapas precisariam ser licitadas, em um processo demorado, o que poderia resultar
602 em um gasto maior do que o produto da venda. A doação para a Polícia Federal seria um
603 procedimento entre órgãos da União, sem problemas de desfazimento de patrimônio. Haveria
604 risco de improbidade em vender o terreno abaixo do valor de avaliação, por exemplo, em função
605 de se desfazer de um patrimônio público por um valor não razoável. Opinou que a operação de
606 venda é tão arriscada que não valeria a pena. Já que existe o interesse da Polícia, o melhor seria
607 doar, ou, se não, devolver para a SPU. Além disso, o valor iria para o Tesouro, na conta única.
608 Avaliaram que a complexidade e o custo da operação não compensariam. Sugeriu que fossem
609 separados os imóveis e propôs o encaminhamento da votação. O Prof. Alberto Rasia Filho
610 questionou se haveria alguma possibilidade de troca com a Polícia Federal, que receberia esses
611 terrenos e doaria para a Universidade algum prédio próximo já elaborado. A senhora Presidente
612 informou que já tentaram essa possibilidade, inclusive sugerindo a permuta pelo prédio da rua 7
613 de setembro com a SPU. Informou que a permuta é complicada porque depende da avaliação de
614 todos os prédios, o prédio da 7 de setembro é mais valioso do que os terrenos, assim a
615 Universidade teria que pagar. Seria doação, com o compromisso de que eles auxiliariam
616 politicamente. Contudo, não seria possível contar com isso de forma absoluta. A proposta seria
617 doar ou não. A Profa. Alessandra Dahmer informou que, como existem novos conselheiros, seria
618 importante falar sobre o prédio da 7 de setembro. Informou que continuam lutando pela cessão
619 porque é um prédio que está avaliado em R\$ 22 milhões, tem 20 andares, e o uso seria de 18
620 andares para a UFCSPA e 2 andares para o Ministério do Desenvolvimento, os quais também
621 estão auxiliando para a obtenção da cessão, e o investimento para uso desse prédio seria, se
622 comparado com as construções, muito pequeno, em torno de R\$ 2 milhões, para fins de
623 substituição de toda a parte elétrica do prédio. Ressaltou que o prédio está em ótimas condições.
624 Além disso, o prédio possui uma quantidade imensa de móveis que já foram doados para a
625 UFCSPA, e o recurso a ser aplicado seria de custeio, e a construção de área nova seria com
626 aplicação de recurso de capital. O Prof. Alberto Rasia Filho, finalizando, questionou por motivo
627 de transparência para um raciocínio adequado se em relação a todos os prós e contras levantados
628 sobre os terrenos de Santa Tereza não haveria melhor possibilidade do que a doação. Prós e
629 contras sobre tudo que foi discutido nessa sessão e o que não foi discutido e foi falado em outras

630 reuniões; atualizando todos os raciocínios seria a melhor opção que se tem? A senhora
631 Presidente informou que na sessão do Consun em que foram discutidos os terrenos se levantou
632 essas possibilidades: venda, permuta, outras possibilidades de obtenção de renda com os
633 terrenos. As opções foram estudadas e levantadas essas questões. Indagou ao Auditor, Cláudio
634 Corrêa, sobre complementação, em relação a complexidade da operação e em relação ao recurso
635 decorrente não vir para a Universidade, mas ir para a conta única. Entre vender, ou doar para o
636 Governo, seria melhor simplificar o processo. Informou que foram essas as avaliações que foram
637 feitas. O auditor Cláudio Corrêa informou que a solução mais simples seria a doação. Não se
638 estaria fazendo nada de ilegal. O problema seria justamente o esforço que demandaria à
639 instituição em fazer toda a avaliação imobiliária, a instauração de procedimento licitatório para
640 fazer chamamento público, toda essa questão extremamente burocrática que leva um tempo
641 imenso. E todo recurso a ser arrecado não tem destinação para a Universidade, irá para a conta
642 do Tesouro. Então, a simples doação para a Polícia Federal dará uma destinação pública, mais
643 prática e com menor custo para a Universidade. O Prof. Alberto Rasia Filho solicitou que
644 constasse que o Sr. Cláudio Corrêa estaria afirmando de que não há nada de ilegal, não há nada
645 de quebra de responsabilidade com o setor público com a tomada de decisão a esse respeito
646 dentro do Conselho Universitário e a doação é o procedimento que nesse momento está sendo
647 sugerido para que o Conselho venha a fazer. O auditor Cláudio Corrêa informou que sim, até
648 porque seria para outro órgão público. A União estaria doando para a União. O Prof. Alberto
649 Rasia Filho questionou se a afirmação do auditor Cláudio Corrêa era feita com base em toda a
650 sua qualificação técnica, ao que lhe respondeu que sim. A senhora Presidente informou que
651 também teria a possibilidade, que também demandaria muito trabalho e não há pessoal técnico
652 suficiente, em se pensar em um aluguel, como, por exemplo, alugar para a colocação de uma
653 antena. A questão de devolver para a União seria mais tranquila. O Prof. Luciano Blomberg
654 questionou se haveria algum mecanismo legal que possibilitasse ceder ou doar o terreno na troca
655 de algum espaço a ser construído; que algum espaço possa ser construído para a Instituição. Um
656 ambiente, que fosse, para a Instituição usar. Alguém que construísse; uma contrapartida para a
657 Instituição. Doar sob a condição de alguma área que possa ser utilizada como arquivo ou
658 qualquer outra coisa de utilidade para a UFCSPA, para se aproveitar, pois foi feito um
659 investimento; foi gasto dinheiro. Cogitou como uma possibilidade para se pensar a respeito. O
660 auditor Cláudio Corrêa disse que seria uma boa ideia e que poderia se pensar nesse encargo da
661 doação, principalmente na possibilidade de desocupar a área do arquivo e se liberar do aluguel.
662 Informou que viu isso acontecer, doações de terrenos para construção, e compartilhamento de
663 espaço físico entre órgãos federais. Salientou que é uma possibilidade sobre a qual valeria a pena
664 um estudo. Seria uma doação com encargo. A senhora Presidente comentou que poderia ser
665 negociado com a Polícia Federal; que antes de assinar o termo de doação o assunto passará pelo
666 Consun. O auditor Cláudio Corrêa citou que se eles pudessem construir um galpão, uma
667 edificação que possa comportar o arquivamento dos processos que hoje estão no prédio que se
668 encontra alugado, seria um bom proveito. A Profa. Alessandra Dahmer informou que está
669 solicitando o cálculo da área, mas que, visualmente, a área total construída dos dois terrenos
670 não abrigaria o arquivo da UFCSPA. Questionou como seria feita a doação com recebimento
671 dessa área, pois a área construída dos terrenos seria muito pequena, e o arquivo tem uma área
672 bem grande. Solicitou o cálculo da área para a Engenharia, mas considera difícil que alguém
673 aceite essa condição. O Prof. Luciano Blomberg lembrou que não precisaria ser necessariamente
674 o arquivo, que na Instituição existem sérias limitações de espaço físico, que poderiam ser
675 equipamentos que pudessem ser colocados em um ambiente menor, que estão em busca de
676 ambientes para professores orientarem e que qualquer ajuda seria bem-vinda. A Profa. Jenifer
677 Saffi manifestou que seria uma colocação bem pertinente, mas opinou por não condicionar a

678 doação à contrapartida, pois levaria ainda mais tempo. A senhora Presidente salientou que nada
679 impede que se negocie. Que a Polícia já ofereceu várias coisas, como campo de estágio, outras
680 possibilidades de interação, convênio. Construção de espaço não foi pensado, mas se for possível
681 será negociado. Encerrados os debates, passou o tema para votação: doação dos terrenos
682 contíguos de Santa Tereza para a Polícia Federal, com a possibilidade de negociação de uma
683 contrapartida. Caso não seja possível contrapartida, simples doação. Em relação ao terreno de
684 Canoas, Igara, a proposta seria de devolução para a Prefeitura de Canoas, pois não haveria outra
685 possibilidade. Para ambos os casos, a decisão seria entre doação ou manutenção. A Profa.
686 Fabiana de Oliveira indagou se para o terreno de Canoas também haveria risco de improbidade
687 se nada for feito. A senhora Presidente informou que para o imóvel de Canoas haveria mais
688 tempo, pois ninguém estaria o exigindo como é o caso de Santa Tereza. No entanto, o risco de
689 improbidade existe porque a auditoria já apontou no início de 2019 que a Instituição precisa
690 tomar uma decisão. A decisão poderá ser de manter o imóvel, mas precisarão ser tomadas
691 medidas sobre a destinação. Concordando com o Prof. Francisco Scornavacca, opinou que o
692 terreno tem mais potencial do que o de Santa Tereza, por outro lado o que se tem de projeto
693 para a área é inexecutável entre agora e os próximos 10 anos, mesmo se a economia melhorasse
694 100%. Não tem RU, não tem vagas de estacionamento. Teria que ser refeito. Apesar do potencial,
695 está no ponto zero. A Profa. Sheila Lecke indagou se, com a doação dos terrenos, os valores
696 atualmente gastos poderiam ser investidos em qual finalidade na Universidade. A senhora
697 Presidente informou que seriam valores de custeio, que poderiam ser aplicados em bolsas ou
698 qualquer outro item de custeio. Que pela perspectiva atual, na hipótese mais pessimista será
699 feita economia. A Profa. Fabiana de Oliveira questionou se, em relação ao terreno de Canoas,
700 seria necessária a execução desse projeto ou se poderia ser feito outro projeto. Questionou,
701 também, se seria obrigatória a implementação dos cursos previstos para aquele (*campi*). Se o
702 curso de Medicina poderia ser retirado da lista por não haver hospital, substituir por outros
703 cursos que não demandem (infraestrutura). A senhora Presidente informou que não é
704 obrigatório o uso daquele projeto, que poderia ser feito outro, mas que se teria que começar
705 tudo de novo. Licitar um pré-projeto, fazer só um dos prédios, na primeira etapa. Mesmo assim,
706 o custo seria bem elevado para um só prédio. A Profa. Jenifer Saffi informou que foi apontada
707 (pela auditoria) uma necessidade de estudo de demanda, que antes não tinha, que não foi
708 executado nenhum estudo. A senhora Presidente mencionou que precisaria uma justificativa
709 muito boa para ter gasto R\$ 1,2 milhões em um projeto que não será usado. Além disso seria
710 necessário o pagamento de outro projeto. Considerou como uma decisão complicada. Que não
711 seria fácil, mas possível. A Profa. Alessandra Dahmer informou que a metragem possível para a
712 área construtiva do imóvel de Santa Tereza é 1.500m² e que o arquivo ocupa uma área de
713 650m², mas tem previsão de aumento de área. Com relação à implementação dos cursos, a
714 senhora Presidente informou que foi a proposta da Universidade enviada ao MEC para a criação
715 do campus de Canoas, mas acha que isso poderia ser modificado. A questão é de que não há
716 perspectiva de novos servidores e já existe uma sobrecarga absurda com os cursos existentes,
717 como disse o Prof. Raphael, ainda em expansão. Não seria somente em relação à perspectiva da
718 obra, mas também em relação à perspectiva de concursos, bastante difícil em um futuro
719 próximo. A decisão sobre esse imóvel é mais difícil. Destacou que a Prefeitura de Canoas não está
720 solicitando o terreno e que tem bastante interesse em que a Universidade vá para aquela cidade.
721 Principalmente, em reunião na Prefeitura, eles falam muito do curso de Medicina. O Prof. Alberto
722 Rasia Filho, sobre o campus de Canoas, questionou se haveria outra possibilidade, que não a
723 existência da Universidade, mas de algum serviço prestado pela Universidade nesse terreno,
724 como por exemplo um grande centro de atendimento para a população e que poderia contar
725 também com os nossos professores e alunos, dentro de uma maneira integrada para expandir,

726 por exemplo, a possibilidade de aprendizado na área da Medicina na assistência à população, e
727 com isso oferecer esse tipo de auxílio para a saúde do município, e com isso solicitar ao município
728 que ele construa ali para que a Universidade se instale. A senhora Presidente informou que com
729 o município seria muito difícil. Que existe a possibilidade de negociar com a doação. Que já
730 pensaram em fazer uma incubadora, um parque tecnológico, outras coisas que não fossem salas
731 de aula. Que tudo isso demandaria algumas despesas: refazer o muro, refazer o projeto, negociar
732 com a Prefeitura. Nada impede que se espere um pouco mais e se tente fazer essas coisas. Mas,
733 de novo, se incorrerá nessas despesas. Destacou que o terreno do Igara passou a ser uma
734 preocupação por causa do orçamento. Nesse momento de aperto do orçamento é mais difícil
735 justificar gastos com segurança, obras e projeto de algo que não acontecerá agora, mas é uma
736 decisão do Conselho. O Prof. Alberto Rasia Filho se manifestou de acordo com os comentários da
737 senhora Presidente e que também se sentiria desconfortável de aprovar um projeto de uma
738 quadra de futebol suspensa, o que acha um disparate completo. Acha que só isso seria uma
739 justificativa de que um projeto desses não pode seguir adiante, apesar de ter sido contratado.
740 Por que ele obviamente não atende os princípios mais básicos do que a gente imaginaria o que
741 fosse uma instituição de ensino, e não um monumento a não sei o quê. Mas o que diria sobre
742 isso é que se a Instituição pudesse, como alternativa de raciocínio, manter o terreno de Canoas,
743 mas a Prefeitura, a partir daí, assumir o que for necessário em relação a muro, segurança. Ela
744 construir ali essa Unidade de Saúde, por exemplo, e a Instituição já pensar em algo mais como
745 incubadora, por exemplo, se teria uma desoneração de custos, mas se manteria ainda essa
746 possibilidade de expansão. Perguntou se seria uma ideia viável. A senhora Presidente manifestou
747 que se trata de uma ideia que se poderia prospectar. Nesse caso, o Conselho votaria por manter
748 o terreno para tratativas com a Prefeitura. O Prof. Raphael Caballero considerou que não se tem
749 efetivamente um serviço-escola. Existe uma parceria com outros hospitais e instituições. Que
750 várias questões que se poderia pensar em enviar para lá também não se tem aqui. Que se fosse
751 pensar em destinação de recurso, aqui se poderia investir. Que a Santa Casa tem uma parceria
752 intrínseca com a Instituição mas não é um hospital-escola, pois tem outra gestão, outro tipo de
753 processo. Também acha que mesmo que o serviço fosse viável lá, qual seria a viabilidade de
754 deslocamento dos participantes, servidores e alunos. Que a logística seria não só inviável, mas
755 antipática e indesejável em participar desse processo, que seria necessária a realização de outros
756 concursos, para que os servidores lotados ficassem lá. Citou que já existe dificuldade de deslocar
757 as pessoas para o DDA e que isso precisa ser considerado e não pressupor que todo mundo irá.
758 Opinou que isso não foi expansão, foi uma inconsequência prévia. Tendo isso em vista, entende
759 que é a correção de um erro sobre expansão. Que seria necessário expandir ordenadamente em
760 espaço que nos falta agora. Propôs que fosse iniciada a votação. O Prof. Alberto Rasia Filho
761 questionou se a devolução do terreno de Canoas teria legalidade já sabendo-se que se usou
762 dinheiro para o projeto. A senhora Presidente destacou que seria uma pergunta importante. O
763 auditor Cláudio Corrêa manifestou que não teria ilegalidade na devolução. Sobre a ideia do Prof.
764 Rasia, achou muito pouco provável que a Prefeitura aceite receber o terreno de volta e arcar com
765 custos de manutenção desse terreno até que a Universidade se disponha a efetivamente utilizar
766 e construir alguma coisa. Não verificou ilegalidade quanto ao exposto. O Prof. Alberto Rasia Filho
767 questionou sobre o fato de já ter sido utilizado dinheiro para um projeto, se incorreria em algum
768 tipo de sanção como improbidade administrativa. Quanto a isso, o auditor Cláudio Corrêa
769 informou que teria que analisar mais profundamente o assunto; que algumas questões já estão
770 sendo analisadas pela auditoria, com relação a problemas de construção dos prédios 2 e 3, e que
771 teria que se analisar em um contexto. Salientou que era um contexto de expansão de todas as
772 universidades, que todas receberam muitos recursos, puderam se expandir, e o momento agora
773 é completamente diferente, é de retração. O Prof. Alberto Rasia Filho manifestou então que não

774 há uma ideia clara de que se for feita e devolução desse terreno em Canoas, pelo fato de a
775 Instituição ter utilizado dinheiro para pagar um projeto, não se vê nesse momento ilegalidade
776 nem improbidade. O auditor Cláudio Corrêa informou que não. Que, pelo contrário, existe uma
777 recomendação da CGU que fala em dar uma destinação. A Profa. Jenifer Saffi destacou que esse
778 é um ponto importante e cada um responde individualmente; que é uma responsabilidade de
779 cada votante do Conselho Universitário. O auditor Cláudio Corrêa manifestou que a CGU já
780 recomendou providências; que a CGU não disse para se fazer a devolução do Igara e nem a
781 doação do Santa Tereza. Disse: tomem uma providência. Por que hoje a Instituição está gastando
782 com manutenção, com vigilância, com água, luz, e não está ocupando, não está fazendo nada.
783 Tomem uma providência: ou construam ou devolvam. Qual seria a perspectiva de construir? Não
784 restam muitas alternativas. A senhora Presidente fez a proposta de encaminhamento: Votar pela
785 devolução do terreno do Igara e doação dos terrenos do Santa Tereza e quem achar que poderia
786 ser dada outra destinação vote por “não”. Se o Consun decidir por não devolver e não doar, serão
787 buscadas outras alternativas. A Profa. Ana de Godoy solicitou votação nominal porque não queria
788 seu nome relacionado com eventual decisão de permanecer com os imóveis. A senhora
789 Presidente informou que já estava prevista votação nominal. A Profa. Ana de Godoy refletiu que
790 o terreno de Canoas não é da UFCSPA, é da Prefeitura que doou à UFCSPA contingenciado a fazer
791 algo que não foi feito. Então, não se estaria perdendo o imóvel; que, na atual conjuntura, se for
792 possível de se manter o campus central estaria bom; e que se perdeu R\$ 3,5 milhões investidos
793 sem aprovação do Conselho, o quê, em sua opinião, foi um ato criminoso, com o qual não quer
794 compactuar. O Prof. Francisco Scornavacca disse se tratar de uma decisão técnica: doação dos
795 terrenos. Que se houvesse um projeto, um hospital universitário, um centro de reabilitação, um
796 financiamento da Prefeitura, uma parceria público-privada para expandir a Universidade, então
797 tudo bem, se consideraria a situação. Mas como nenhuma dessas coisas aconteceu, do seu ponto
798 de vista é uma obviedade, assim como quando se pensar em expansão universitária que esses
799 termos de “nossa casa”, “nosso hospital”, “nossas atividades” sejam contemplados, pois não se
800 pode depender de uma única instituição nos cursos de Fonoaudiologia, Medicina, Enfermagem.
801 No Hospital Santo Antônio, à tarde, se vê que a maioria não são alunos da UFCSPA, são de outras
802 universidades. Refletiu que em uma futura expansão se pense em “nossa casa” como
803 universidade da saúde. A Profa. Marilda Fernandes solicitou para ser a primeira a votar, em
804 função de compromisso, a qual foi seguida pela Profa. Margaret Gerbase. A seguir, a senhora
805 Presidente solicitou que, para fins de expansão, os conselheiros pensem em alternativas de novas
806 parcerias. O Prof. Luciano Blomberg solicitou esclarecimento sobre os termos da votação: a
807 devolução do terreno de Canoas e a doação dos terrenos de Santa Tereza, questionando se com
808 ou sem contrapartida. A senhora Presidente repetiu sua proposta: doação, e será tentada
809 negociação de contrapartida. Mas, como tem um interessado, que é a Polícia Federal, que tem
810 um tempo sensível para isso, caso contrário doar para a SPU. De qualquer forma, será negociada
811 a contrapartida e será retornado ao Consun quando houver definição, na hora de se assinar os
812 termos. O Prof. Luciano Blomberg indagou se a proposta a ser feita à Polícia Federal seria formal,
813 documentada. A senhora Presidente informou que se trata de um termo de doação, assim como
814 foi feito quando recebido o outro terreno. A Profa. Jenifer Saffi lembrou, em relação ao prédio
815 da SMIC, quando foram iniciadas as negociações e a fase em que se está agora é um problema
816 porque se deram conta de que não há equipe para atender e trabalhar nesse prédio. Servidores
817 técnicos-administrativos também seria um gasto grande de segurança. A primeira ação seria o
818 cercamento do imóvel, que já está bastante depredado; com a questão da invasão; há uma série
819 de entraves reais, mas em se tratando de expansão nesse quarteirão seria um terreno
820 sensacional, que abre possibilidade de fazer mais outros quatro prédios, com estacionamento.
821 Para esse, será necessário buscar parceria. Não havendo outras propostas, a senhora Presidente

822 passou a palavra à Secretária dos Conselhos Superiores, a qual organizou as listas de votação e
823 efetuou a chamada nominal dos conselheiros de acordo com a lista de presenças, iniciando pelas
824 Coordenações de Cursos de Graduação e finalizando com a Reitoria e as Pró-Reitorias. Foram
825 registrados, nominalmente em listas próprias, 50 (cinquenta) votos favoráveis à doação dos
826 terrenos no Bairro Santa Tereza em Porto Alegre (RS) à Delegacia de Polícia Federal, ou à SPU, e
827 da devolução do terreno no Bairro Igara em Canoas (RS) à Prefeitura de Canoas. Houve 01 (uma)
828 abstenção e nenhum voto contrário. Resolução nº 23/2019/CONSUN. A senhora Presidente
829 agradeceu aos conselheiros. **5. Assuntos gerais. 5.1** A Profa. Alessandra Dahmer informou que
830 a partir da próxima segunda-feira as salas do terceiro andar, de metodologias ativas, estará
831 disponível para reservas. Em princípio, será destinado um lote de notebooks por turno. Na
832 sequência, informou que foi obtido o serviço de RNP para a contratação de uso de e-mail pelo
833 Google Acadêmico até o final deste ano. **5.2** A Profa. Ana de Godoy convidou a todos para
834 participar dos atos em favor da Educação, da Saúde e da Amazônia no dia 7 de setembro, em
835 Porto Alegre, às 15h no parque da Redenção. **5.3** O Prof. Luciano Blomberg indagou sobre as
836 salas para orientação de alunos. A Profa. Alessandra Dahmer informou que quatro salas serão
837 localizadas no térreo do prédio 3 e uma no prédio 2. **5.4** A senhora Presidente comentou que o
838 Congresso da UFCSPA será um sucesso de público e convidou a todos. **5.5** O técnico Fernando
839 Gavron informou que dia 16 de setembro será feita chamada pública para temas de gestão de
840 pessoas, das 14h às 17h, em sala a confirmar. **5.6** Sem outros assuntos a tratar, agradeceu a
841 presença e a participação de todos e encerrou a sessão às dezessete horas. Para constar, eu, Miriam
842 Bortolaci, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada pelos
843 Conselheiros, será assinada pela senhora Presidente desta sessão e por mim.

LUCIA CAMPOS PELLANDA
Presidente do CONSUN

MIRIAM BORTOLACI
Secretária Executiva